

ATA DA 1629ª REUNIÃO PLENÁRIA – ORDINÁRIA, DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2021.

Início: 14 horas

Conselheiros presentes: Contadores Carla Cristina Tasso, Ana Rita Nico Hartuique, Carlos Darlan Patil, Gustavo da Silva Miranda, Mário Zan Barros, Miguel dos Santos Costa, Mônica Fernanda Santos Porto Pires, Paula Nazareth Koehler, Raquel Cristina Nicolau Barbosa, Reinaldo Marques, Roberto Schulze, Roney Guimarães Pereira e Simony Pedrini Nunes Rátis, e os Técnicos em Contabilidade Clair Martins da Silva e Rodrigo Sangali

Ausência justificada: não houve

Ausência não justificada: não houve

Outras presenças: Hugo Santos Tófoli, Diretor Técnico da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo – ADERES.

Conselheiros Suplentes: Contadores Edimarcos Luchi e Walterleno Maifrede Noronha e o Técnico em Contabilidade Ademir do Nascimento; **Delegados:** Contadores Diomar Vazzoler, de Venda Nova do Imigrante e Sócrates Rocha Ramos, de Colatina; Assessora de Comunicação, Danielle Cristina Ramos Rodrigues e o Diretor Executivo, Jorge Tadeu Laranja

Após cumprimentar a todos a Presidente, Carla Cristina Tasso, iniciou a reunião às 14 horas, que correspondia à décima primeira Sessão Plenária transmitida ao vivo pelo canal do CRCES no “YouTube”, e estava aberto um “Chat” para quem desejasse fazer alguma pergunta, sendo que a reunião foi por videoconferência, por meio da ferramenta “Zoom”.

I – MENSAGEM DO DIA: não houve. **II – AUSÊNCIAS:** não houve. **III – PROJETO MÃOS DADAS:** dando seguimento, e em

continuidade ao Projeto Mãos Dadas, a Presidente, Carla Cristina Tasso, convidou a Hugo Santos Tófoli, Diretor Técnico da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo – ADERES para fazer uso da palavra e compartilhar experiências e

informações pertinentes àquela Instituição. **3.1 – O Diretor Técnico da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - ADERES, Sr. Hugo Santos Tófoli** cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade de poder apresentar a

ADERES, órgão de Governo do Estado do Espírito Santo criado para tratar da política pública voltada ao pequeno negócio, às micro e pequenas empresas e aos pequenos empreendedores. Disse que a missão da ADERES para o quadriênio 2019 a 2022 é criar ambiente favorável ao desenvolvimento dos micro e pequenos negócios e do empreendedorismo social, por meio de

políticas públicas sustentáveis e inovadoras, gerando trabalho, renda e dignidade à população capixaba e ser referência na promoção do empreendedorismo, da inovação e da sustentabilidade para pequenos negócios, ampliando a geração de trabalho e renda. Salientou que no planejamento da ADERES está baseado em três Programas principais: “Capacitar para Empreender”, “Inova Mercado” e “Crédito para Empreendedor”.

Falou que a ADERES está sempre aberta a oportunidades, e se alguém que tiver um projeto, uma ideia, deve apresentá-los e a ADERES fará tudo que estiver ao seu alcance, dentro da legalidade, para que a proposta seja implementada, desde que o mesmo se encaixe em um dos Programas mencionados. Falou que o Programa “Capacitar para Empreender”, que possui vários projetos, tem o objetivo de

capacitar, qualificar e profissionalizar as pessoas que desejam empreender e os empreendedores cadastrados como microempreendedor individual, micro e pequenas empresas, economia solidária, artesanato e agricultura familiar, cujas ações serão levadas onde o empreendedor estiver. Já o Programa “Inova Mercado” informou que o mesmo tem o objetivo

de fomentar e ampliar o mercado consumidor no âmbito dos empreendedores individuais, das micro e pequenas empresas rurais e urbanas, da economia solidária, do artesanato e da agricultura familiar, a partir da criação de novos espaços de comercialização, qualificação e

agregação do valor dos produtos e serviços, por meio de inovação e mídias digitais. Nesse ponto, salientou que a ADERES precisa avançar em conversa com o CRCES para fazer em

trabalho com as associações de contabilistas para que façam atendimento aos empreendedores

na ponta para desenvolver melhor aquele negócio. Quanto ao Programa “Crédito para Empreendedores”, tem o objetivo de oferecer micro crédito que é a política com a qual a ADERES trabalha. Informou que no Governo do Estado, se envolver valores acima de R\$ 50 mil o crédito será contratado junto ao BANDES e se os valores forem de até que R\$ 50 mil será tratado junto a ADERES. Disse ainda que a ADERES busca ofertar os créditos através de fundos garantidores sem a rigidez com a qual os bancos trabalham, já que o fundo garantidor trabalha com o dinheiro do próprio Estado, o qual assume o risco. Acrescentou que a maioria dos Projetos é divulgada por meio de mobilização local, com o auxílio das Prefeituras, parceiros e entidades locais representativas dos seguimentos atendidos pela ADERES. Na oportunidade a **Presidente, Carla Cristina Tasso**, comentou que vai retornar às tratativas acerca de treinamentos junto com as Associações em meados de agosto. **IV – EXPEDIENTE: 4.1 – Correspondências:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que o Relatório de Correspondências foi encaminhado previamente aos Conselheiros e encontra-se à disposição para vista de quaisquer documentos. **4.2 – Representações:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que o Relatório de Representações encaminhado aos Conselheiros e Delegados corresponde ao mesmo enviado à época da Sessão Plenária anterior, vez que desde então não foram comunicadas quaisquer participações em nome deste Conselho. Na sequência a Presidente, Carla Cristina Tasso, convidou o Conselheiro Edimarcos Luchi a falar sobre as atividades que desempenha junto ao Conselho Municipal de Recursos Fiscais da Prefeitura de Vitória e, logo em seguida, convidou o Vice-Presidente de Política Institucional, contador Roberto Schulze, a se manifestar. **a)** O Conselheiro Edimarcos Luchi relatou que nos primeiros seis meses de 2021 foram julgados 62 processos relacionados a três grandes grupos: Imposto sobre Serviços - ISS, Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, os quais culminaram com 44 decisões favoráveis ao contribuinte e 18 contrárias, comentando sobre a maior incidência de casos dentro desses grupos. Na oportunidade, o Conselheiro Miguel dos Santos Costa quis saber como a Prefeitura trata a Ausência de Propósito Negocial, tendo o Conselheiro Edimarcos Luchi dito que o assunto é bastante polêmico. O Vice-Presidente de Controle Interno, Gustavo da Silva Miranda, que também já foi membro titular daquele Conselho, acrescentou que diante quaisquer resquícios de planejamento sucessório ou manobra para não se pagar tributo, a Prefeitura aplica os dispositivos legais que tratam da ausência de propósito negocial. O Conselheiro Walterleno Maifrede Noronha complementou dizendo que os Conselhos de Recursos Fiscais e o Conselho Administrativo de Recursos fiscais – CARF, do Ministério da Economia, buscam identificar o negócio simulado. Disse ainda que a observância desse propósito negocial, tão bem tratado no Código Tributário Brasileiro, representa um fator muito complicado de ser mensurado, muito complexo de ser avaliado. Acrescentou que não é uma tarefa fácil para o contador avaliar, do ponto de vista técnico, qual foi o objetivo que aquele contribuinte gostaria de realizar. Por fim cumprimentou o Conselheiro Edimarcos Luchi pelo trabalho desenvolvido no Conselho Municipal de Recursos Fiscais de Vitória. Ressaltou que participou do Conselho Municipal de Recursos Fiscais de Vila Velha, onde faziam um ementário das decisões, perguntando se em Vitória existe algo semelhante. Em resposta o Conselheiro Edimarcos Luchi disse que no site da Prefeitura de Vitória é possível encontrar todas as decisões daquele Colegiado; **b)** O Vice-Presidente de Política Institucional, Contador Roberto Schulze, relatou que entrou em contato com os Deputados Estaduais para solicitar a aprovação da Lei que instituiu o novo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS para as dívidas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS para os contribuintes do Estado do Espírito Santo; que em 5 de julho a Lei foi aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa do Espírito Santo possibilitando aos contribuintes que estão em dificuldades fazer o parcelamento de suas dívidas ou pagarem à vista com redução significativa de multas e juros; que em 14 de julho, no Palácio Anchieta, ocorreu a solenidade de sanção da Lei do REFIS Estadual, e embora ainda estejam ocorrendo

dificuldades técnicas para gerar o Documento Único de Arrecadação - DUA para pagamento à vista, esses problemas estão sendo resolvidos. Informou que na referida solenidade também foi falado sobre a redução de ICMS sobre medicamentos para tratamento da Atrofia Medular Espinhal – AME, bem como que foi encaminhado um Projeto de Lei - PL que beneficiará os setores de telecomunicações, em especial de “Internet”, onde as pequenas empresas de “Internet” terão redução de 75% na alíquota de ICMS. Na oportunidade a Presidente, Carla Cristina Tasso, falou sobre o Instrumento Normativo (Portaria nº 46-R, de 16/07/2021- SEFAZ) que estabelece critérios para cadastramento das entidades sem fins lucrativos no Programa Nota Premiada Capixaba, nos termos do § 3º do art. 4º do Decreto nº 4.908-R, de 17/06/2021.

4.3 – Setor Jurídico: a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou em Junho/2021 ocorreram 50 Acordos Judiciais que representaram uma movimentação de R\$ 165.876,88, dividindo-se em: 25 quitações à vista, totalizando de R\$ 88.493,29; 23 parcelamentos judiciais, no montante de R\$ 70.384,28 e 2 reparcelamentos judiciais, que totalizaram R\$ 6.999,31. Acrescentou que ocorreram 7 bloqueios, via Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário – SISBAJUD, com a transferência total de R\$ 424,11 e 14 Acordos Parcelados foram quitados perfazendo um total de R\$ 43.717,44. Informou ainda que as negociações relativas a créditos ajuizados, neste exercício, já chegaram a R\$ 851.137,94 e que está sendo feito o levantamento dos saldos dos processos judiciais através do Setor de Contabilidade e de Controle Interno para garantir a exatidão do valor dos créditos. **4.4 – Contratações em Geral:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, apresentou um breve resumo acerca das licitações que se encontram em andamento, a saber: **a)** Leilão da sala no Ed. Navemar: em tramitação para cumprimento das etapas legais, estando no aguardo da autorização do CFC, cujo Ofício nº 55/2021-CRCES-Pres, fora enviado no último dia 13 de maio; **b)** Sistema de Gestão Integrada: o processo está em análise com vistas à definição dos valores máximos admitidos; **c)** Elaboração dos projetos e fiscalização da reforma do auditório e construção da área de vivência: contratação concluída, com economia de R\$ 13.986,65, porém está-se aguardando a licença do Corpo de Bombeiros; **d)** Reforma do auditório e construção da área de vivência: considerando que a licitação anterior foi fracassada, vez que os Balanços apresentados pelas licitantes estavam fora das Normas Contábeis, o que as levou a serem inabilitadas, foi realizada nova licitação, agora na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, estando o procedimento na fase de análise da documentação; **e)** Licenciamentos e demais itens referente à hiperconvergência: a licitação, dividida em 4 lotes, foi concluída em relação aos itens 1, 2 e 3, cuja contratação resultou numa economia de R\$ 15.649,44. Em relação ao lote que englobava os itens 4 a 8, foi fracassada, sendo que o novo procedimento licitatório já foi aberto; **f)** terceirização de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional: processo encontra-se na fase de complementação da instrução processual; **g)** Aquisição de HDs para o Servidor: o Pregão Eletrônico foi aberto hoje; **h)** Licenciamento e serviço de instalação referente à hiperconvergência relacionado aos itens fracassados no processo nº 06/2021: o Pregão Eletrônico está agendado para abrir no dia 02/08/2021. Por fim, lembrou que a contratação da reforma do auditório, assim como das licenças de software encontram-se na fase final e que as metas da Gestão 2020/2021 relativas às contratações de serviços/materiais e obras serão cumpridas. **4.5 – Informativo sobre o GTFAZ:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que ocorreu a primeira reunião pública do GTFAZ, por solicitação da própria Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, objetivando dar publicidade aos trabalhos. Informou ainda que foram discutidas demandas pendentes desde 2018; que muitos itens foram aprovados, dois foram indeferidos e três permaneceram em análise. Também foram sugeridos, através do “chat”, dois temas para discussão, os quais farão parte da pauta na próxima reunião. **4.6 – Informativo sobre o Fórum REDESIM:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que o Fórum REDESIM realizará reunião específica para tratar da Reforma Tributária e apresentar propostas para a bancada do Espírito Santo no Congresso Nacional. **4.7 – Créditos Adicionais Suplementares por Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias - Portarias CRCES nºs**

151 **062 e 067/2021:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou ter feito um levantamento dos
152 valores de orçamentos disponíveis em todos os Setores e a partir de um comparativo com o
153 Plano de Trabalho ajustado concluiu pela abertura dos Créditos Adicionais por anulações
154 parciais ou totais de dotações orçamentárias e consequente suplementação de outras, nos
155 valores de R\$ 37.000,00 e R\$ 345.000,00, por meio das Portarias CRCES nºs 62 e 67/2021. **V –**
156 **ORDEM DO DIA: 5.1 – Apresentação dos Relatórios Financeiros e Contábeis e análise e**
157 **deliberação quanto aos Balancetes de Junho/21:** o Vice-Presidente de Administração e
158 Finanças, Contador Roney Guimarães Pereira, apresentou o Balancete de Junho informando que
159 foi acrescido ao orçamento inicial R\$ 1 milhão, passando de R\$ 5,650 milhões para R\$ 6,650
160 milhões; que até junho foram arrecadados R\$ 5,232 milhões, o que equivale a 95,69% da
161 Receita Corrente prevista para 2021, tendo sido realizadas Despesas Correntes no valor de R\$
162 2,673 milhões, correspondendo a 54,08% do total fixado para 2021; que da Receita de Capital
163 prevista de R\$ 181.971,00, arrecadou-se R\$ 1.602,50, isto é, 0,88%, enquanto da Despesa de
164 Capital fixada em R\$ 1,706 milhão foi executada 6,7%, ou seja, R\$ 114.269,96; que o Resultado
165 Orçamentário Corrente ficou em R\$ 2,559 milhões e o Ativo/Passivo registrou R\$ 22,128
166 milhões. Destacou o Resultado Financeiro de R\$ 3,881 milhões, sendo R\$ 4,458 milhões de ativo
167 financeiro e R\$ 557 mil de passivo financeiro. Lembrou que todas as informações estão
168 disponíveis de forma detalhada no Portal de Transparência. Dando prosseguimento a
169 Presidente, Carla Cristina Tasso, colocou o Balancete de Junho/2021 em discussão e votação,
170 tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** **5.2 – Ata da 1628ª Reunião Plenária,**
171 **Ordinária:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que a Ata da 1628ª Reunião Plenária
172 (Ordinária), realizada em 22 de junho de 2021 fora enviada antecipadamente aos Conselheiros e
173 como não houve proposta de alteração foi **aprovada por unanimidade.** Em seguida, submeteu
174 ao Plenário e **obteve a homologação das Atas** das Reuniões Ordinárias das seguintes Câmaras:
175 **5.3 – Câmara de Administração e Finanças - CAF nº 74; 5.4 – Câmara de Controle Interno - CCI**
176 **nº 183; 5.5 – Câmara de Desenvolvimento Profissional – CDP nº 10; 5.6 – Câmara de Ética e**
177 **Disciplina - CED nºs 271; 5.7 – Câmara de Fiscalização - CF nºs 219; 5.8 – Câmara de Registro -**
178 **CR nº 458; 5.9 – Tribunal Regional de Ética e Disciplina - TRED nº 265. 5.10 – Aprovação do**
179 **Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação:** o Vice-Presidente de Controle
180 Interno, Gustavo da Silva Miranda, relatou que devido ao aumento da arrecadação em relação
181 ao que fora previsto para o exercício, fez-se necessária a abertura de Crédito Adicional
182 Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor R\$ 429.000,00, por meio da Resolução CRCES
183 nº 427/2021, a qual será submetida à aprovação do Plenário e sem o que não seria possível
184 efetuar o pagamento da cota parte ao Conselho Federal. Na oportunidade a Presidente, Carla
185 Cristina Tasso, comentou que foram desenvolvidas várias ações junto aos formandos aprovados
186 no exame de suficiência o que contribuiu para a arrecadação além do previsto, assim como
187 também foi feito um estudo dos projetos e um realinhamento da destinação das verbas. Em
188 seguida a Presidente, Carla Cristina Tasso, colocou a matéria em discussão e votação tendo a
189 Resolução, que receberá a denominação Resolução CRCES nº 427/2021, sido **aprovada por**
190 **unanimidade.** **5.11 – Aprovação da substituição de membro da Comissão Eleitoral de 2021:** a
191 Presidente, Carla Cristina Tasso, franqueou a palavra ao Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e
192 Disciplina, Contador Reinaldo Marques, o qual informou acerca da indicação do Contador
193 Edimarcos Luchi para compor a Comissão Eleitoral de 2021, na condição de membro suplente,
194 em substituição à contadora Tamara Silva Daiello, que solicitou desligamento. Salientou que
195 neste ano ocorrerá a eleição para renovação de 2/3 do Plenário e lembrou que os Conselheiros
196 que não farão parte da Chapa e os funcionários do CRCES devem tomar muito cuidado para não
197 divulgarem assuntos ligados às eleições, principalmente nas redes sociais, em respeito aos
198 concorrentes. Acrescentou que, visando dar total transparência, todas as informações e atos
199 correspondentes às eleições estão sendo disponibilizados no “site” do CRCES. Em seguida a
200 Presidente, Carla Cristina Tasso, submeteu o nome do referido contador à apreciação dos

Conselheiros, os quais **o aprovaram por unanimidade**, sendo que o Conselheiro Suplente, Walterleno Maifrede Noronha, julgou-se impedido de votar. **VI – CONSIDERAÇÕES GERAIS: 6.1 – A Presidente, Carla Cristina Tasso**, agradeceu a presença dos Delegados na reunião e o empenho de todos, juntamente, com as associações e demais Conselheiros durante a campanha de arrecadação de alimentos, ressaltando que a meta era arrecadar 1 tonelada e foram arrecadadas mais de 4 toneladas, beneficiando mais de 400 famílias em 44 comunidades da Grande Vitória e do interior do Estado. Informou que o Delegado de Alegre, José Carlos Bravo Alvarez Junior, solicitou exoneração da função, o que se deu por meio da Portaria CRCES nº 69, de 12 de julho de 2021, motivo pelo qual no dia 14 de julho foi publicado o Edital de Convocação para Registro de Candidatura de Delegado, cujo prazo para pedido de inscrição encerrar-se-á em 04 de agosto de 2021. Informou ainda que recebeu três currículos de profissionais interessados em concorrer à indicação para a vaga de membro do Conselho Municipal de Recursos Fiscais de Colatina. **6.2 – O Vice-Presidente de Administração e Finanças, Roney Guimarães Pereira** justificou sua ausências na reunião do Tribunal Regional de Ética e Disciplina - TRED devido ter participado de uma reunião com o Secretário de Fazenda do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Disse que durante a reunião enfatizou que as informações exigidas pela Prefeitura já estão no banco de dados da SEFAZ e da Receita Federal, e que um convênio para troca de informações resolveria a necessidade de apresentar a mesma documentação para diversos órgãos. **6.3 – O Vice-Presidente de Controle Interno, Gustavo da Silva Miranda**, apresentou relatório do 1º Semestre de 2021, destacando o crescimento de 7% das Organizações Contábeis Ativas de 2020 para 2021 e uma redução dos profissionais ativos. Lembrou que o vencimento da anuidade de 2021 ocorreu em 31 de maio e que o aumento na arrecadação que foi 56% maior em comparação com o ano anterior, já atingindo 95,69% da previsão para o ano, oportunidade em que parabenizou toda equipe pelo esforço, pelas inovações e pela forma como tudo foi conduzido. Informou que a despesa total com pessoal reduziu e a arrecadação aumentou proporcionando uma redução percentual de 60,24% para 28,44% comparados aos mesmos períodos de 2020. Acrescentou que o gasto com a estrutura física reduziu em mais da metade em termos percentuais se relacionados à Receita, passando de 15,35% em 2020 para 7,02% em 2021, bem como apresentou os Indicadores de Gestão, oportunidade em que a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que grande parte dos indicadores são estipulados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, sofrem fiscalização do Tribunal de Contas da União – TCU e fazem parte do processo de Governança. **6.4 – O Vice-Presidente de Registro, Carlos Darlan Patil**, informou que em junho foram julgados 76 processos, sendo 28 relativos a novos registros e 2 referentes a baixas. Disse que neste ano já foram julgados 982 processos, tendo atingido as metas estabelecidas pelo CFC. Relatou que até então foram realizados 261 registros de profissionais quando o previsto era 250, alcançando desempenho de 104%, e 86 registros de Organizações Contábeis quando a meta era registrar 65, alcançando desempenho de 132%. Por fim agradeceu e parabenizou a equipe do Setor de Registro e de Cobrança pelo trabalho realizado. **6.5 – O Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional, Ana Rita Nico Hartuique**, disse que foram realizados 32 eventos entre cursos, palestras e seminários até 14 de julho; que o curso de Aperfeiçoamento em Contabilidade Pública, iniciado em abril, composto de treze módulos, estender-se-á por um bom tempo; que a agenda até a 1ª quinzena de outubro está fechada e estão previstos para acontecer 15 eventos, destacando-se o Encontro de Peritos, o Encontro de Professores e o Evento em Comemoração ao Dia do Contador. Informou que o Setor de Desenvolvimento Profissional está lançando as pontuações relativas ao 1º Semestre e, apesar de ser um processo lento por ser todo manual, em breve o Sistema estará atualizado. Lembrou os Conselheiros devem cumprir 15 horas, pelo que recomenda sejam cumpridas até final de outubro. Salientou que o CRCES disponibilizou cursos que somam 35 pontos, os quais continuam disponíveis em seu “site”, porém somente obterá a pontuação quem fizer o curso dentro do Sistema, alcançar o percentual de 75% nas provas e responder ao questionário de

avaliação. Ressaltou que quem assistir o curso fora do Sistema não obterá o certificado, tampouco a pontuação. Na oportunidade a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que está concluindo as etapas para o Seminário de “Startup” e que o CRCES será o primeiro Regional a oferecer treinamento voltado para “Startup” com conteúdo abrangendo a parte legal, jurídico, investimento anjo, contabilização, sendo que ao final haverá um painel com o CEO da Americanas Delivery. **6.6 – O Vice-Presidente Fiscalização, Ética e Disciplina, Reinaldo Marques,** disse que em relação aos Projetos do Setor de Fiscalização, de janeiro a junho deste ano, foram emitidos 224 documentos fiscais, sendo 98 notificações aos profissionais e 129 autos de infração; que foram julgados 187 processos de ética e disciplina e 51 de fiscalização, totalizando 238 processos; que a infração mais cometida é a ausência de contrato de prestação de serviços, apesar de toda a orientação que é dada pelo Setor de Fiscalização acerca dessa necessidade. Lembrou que existe uma palestra disponibilizada no “site” do CRCES, ministrada pelo Conselheiro Walterleno Maifrede Noronha, que trata de Contrato e Distrato de maneira simples e didática; que a segunda infração de maior incidência é deixar de elaborar a Escrituração Contábil, sendo que esse é o meio e a finalidade da profissão; e outra infração de incidência muito grande é a de Organizações Contábeis sem o registro cadastral, cuja comunicação é feita diretamente pelo CFC, que obtém a informação por meio de Convênio com a Receita Federal. Lembrou que os peritos que deixarem de pontuar serão autuados, assim como os diplomados sem registro que estiverem atuando nas instituições públicas. Disse ainda que ocorreram 37 denúncias ou comunicação de irregularidade e não houve representação. Informou que o CFC firmou um Convênio com o Ministério da Economia, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 70/2021, que lhe permite verificar diretamente no “site” daquele Ministério os CBOs (Classificação Brasileira de Ocupações) ligados à profissão contábil, sendo que todos serão notificados para efetuarem seus registros. Relatou que neste momento o Setor de Fiscalização está notificando os alunos que foram aprovados no exame de suficiência, que trabalham e têm CBO ligado à profissão contábil, para providenciarem seus Registros, sendo que na sequência serão notificados as demais categorias. Disse também que o CFC enumerou as categorias como Auditor, Contador, Perito Contábil, Técnico em Contabilidade, Chefe de Contabilidade, Consultor Contábil, Assistente ou Auxiliar de Contabilidade como CBOs inerentes à profissão contábil, enquanto não se altera na Resolução CRC nº 560/1983, que trata das prerrogativas da profissão contábil, cuja alteração encontra-se em análise. Lembrou que em 1983 era uma realidade, porém, com o avanço tecnológico hoje situação é outra. Informou que no dia 28 de junho haverá uma reunião nacional no CFC para discutir essa Resolução e que aguarda as sugestões dos Conselheiros. Na oportunidade a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que enviou o material sobre a alteração da Resolução 560/83 aos Conselheiros, assim como à Academia Capixaba de Ciências Contábeis – ACACICON, pois se trata de uma Resolução de extrema importância, que precisa ser modernizada. **6.7 – O Vice-Presidente Política Institucional, Roberto Schulze,** lembrou que o profissional contábil que não firma contrato com seu cliente assume responsabilidade ilimitada, sendo que o Contrato não é apenas uma exigência do CFC, antes, serve para proteger o profissional. Informou que em 29 de junho o CRCES foi convidado para participar de uma palestra na Fundação Carmem Lúcia sobre a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, em que estavam presentes várias associações com as quais este Regional tem política de aproximação. Fez um alerta para o disposto na LGPD, pois o Contador detém muitas informações e corre risco muito grande. Disse que em 17 de julho realizou uma palestra sobre Controles Financeiros de Contabilidade direcionada para igrejas, o que resultou num novo convite para o 19 de setembro, atendendo Igrejas Evangélicas de Confissão Luterana; que em maio iniciou contatos com os Deputados Estaduais para que sensibilizassem a Bancada Federal para a não aprovação do parecer do Deputado Federal Hélio Fernando Barbosa Lopes quanto à admissibilidade da PEC 108/2019, que trata da estrutura dos Conselhos. Disse que também iniciou contato com os Deputados Federais pedindo diretamente a eles para sensibilizar os

membros da Comissão de Justiça para que não aprovem o referido parecer. Registrou o retorno imediato dos Deputados Estaduais Erick Cabral Musso, Presidente da ALES, Luciano Manoel Machado, Marcos Miranda Madureira, José Eustáquio de Freitas, Dr. Hércules Silveira, Danilo Bahiense Moreira, Fabrício Gandine Aquino, Rafael Favato Garcia e Adilson Espíndula; e dos Deputados Federais Amaro Rocha Nascimento Neto e Helder Ignácio Salomão. Finalizando disse que no próximo dia 2 de agosto participará, juntamente com o Conselheiro do CFC, Contador Haroldo Santos Filho, de um café da manhã no SEBRAE para tratar desse assunto numa conversa mais pessoal. **6.8 – Conselheiro Clair Martins da Silva** justificou sua ausência na reunião do Tribunal Regional de Ética e Disciplina - TRED devido ter participado, juntamente com o Vice-Presidente de Administração e Finanças, Roney Pereira Guimarães, de uma reunião com o Secretário de Fazenda do Município de Cachoeiro de Itapemirim e informou, em relação à arrecadação de mantimentos, que em Cachoeiro do Itapemirim a campanha foi muito bem aceita pela classe contábil, tendo sido arrecadados 1300 kg de alimentos. **VII – ENCERRAMENTO:** a Presidente, Carla Cristina Tasso, agradeceu a presença de todos e confirmou a realização da próxima Reunião Plenária em agosto, a qual será presencial. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão cuja Ata segue assinada pelos Conselheiros abaixo subscritos

- assinado digitalmente -

Contadora Carla Cristina Tasso
Presidente

- assinado digitalmente -

Contadora Ana Rita Nico Hartuique
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

- assinado digitalmente -

Contador Carlos Darlan Patil
Vice-Presidente de Registro

- assinado digitalmente -

Contador Gustavo da Silva Miranda
Vice-Presidente de Controle Interno

- assinado digitalmente -

Contador Reinaldo Marques
Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

- assinado digitalmente -

Contador Roberto Schulze
Vice-Presidente de Política Institucional

- assinado digitalmente -

Contador Roney Guimarães Pereira
Vice-Presidente de Administração e Finanças

- assinado digitalmente -

Técnico em Contabilidade Clair Martins da Silva
Conselheiro

350

- assinado digitalmente -

351

Contador Mário Zan Barros

352

Conselheiro

353

354

- assinado digitalmente -

355

Contador Miguel dos Santos Costa

356

Conselheiro

357

358

- assinado digitalmente -

359

Contadora Mônica Fernanda Santos Porto Pires

360

Conselheira

361

362

- assinado digitalmente -

363

Contadora Paula Nazareth Koehler

364

Conselheira

365

366

- assinado digitalmente -

367

Contadora Raquel Cristina Nicolau Barbosa

368

Conselheira

369

370

- assinado digitalmente -

371

Técnico em Contabilidade Rodrigo Sangali

372

Conselheiro

373

374

- assinado digitalmente -

375

Contadora Simony Pedrini Nunes Rátis

376

Conselheira